



Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 333, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de novembro de 1989.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, resolve:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2019, a que se refere o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES E PRIORIDADES E DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º A elaboração das Diretrizes e Prioridades, pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e da Proposta de Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), pelo Banco do Brasil (BB), deverá observar:

- I - As diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/1989;
 - II - A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
 - III - As políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal;
 - IV - O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2007-2020 (PEDCO);
 - V - As Diretrizes e Orientações Gerais expedidas pelo Ministério da Integração Nacional.
- § 1º Os prazos para aprovação das propostas de que trata o caput deste artigo serão:
- I - das Diretrizes e Prioridades: até 15 de agosto de 2018;

e

- II - da Programação de Aplicação dos Recursos: até 15 de dezembro de 2018.

§ 2º O calendário anual das reuniões do Conselho Deliberativo da SUDECO deverá observar a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 2º, desta Portaria.

§ 3º As prioridades a que se refere o caput deste artigo deverão ser vinculadas às respectivas diretrizes, conforme modelo constante no anexo I desta Portaria.

Art. 3º O Banco do Brasil deverá promover, em articulação com a SFRI/MI e com a SUDECO, reuniões técnicas com representantes dos Governos e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa apta a receber recursos do FCO, com o objetivo de receber eventuais contribuições para elaboração da proposta de Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo, visando atender às necessidades socioeconômicas da região.

Parágrafo único. As reuniões de que trata o caput poderão ser realizadas por meio de videoconferências.

Art. 4º A proposta de Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo será formulada pelo Banco do Brasil em articulação com a SUDECO e com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional (SFRI/MI).

§ 1º A articulação de que trata o caput será realizada mediante reuniões entre o Banco do Brasil, SUDECO e SFRI/MI com o objetivo de consolidar a proposta final de Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo.

§ 2º A proposta de programação de que trata o caput será submetida à apreciação do Conselho Deliberativo da SUDECO após parecer conjunto elaborado pela SUDECO e pela SFRI/MI.

Art. 5º A Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo deverá ter a seguinte estrutura:

- I - Introdução;
- II - Bases Normativas;
 - a) Diretrizes e Orientações Gerais do Ministério da Integração Nacional;
 - b) Diretrizes e Prioridades do FCO.
- III - Plano de Aplicação:
 - a) programação orçamentária para o exercício;
 - b) condições gerais de financiamento, tais como: encargos financeiros, limites de financiamento, assistência máxima, restrições, classificação dos beneficiários, garantias;
 - c) programas e/ou linhas de financiamento; e

PORTARIA Nº 125, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 544, de 12 de dezembro de 2014;

E considerando os elementos constantes no Processo Inmetro nº 52600.00011338/2017 e do sistema Orquestra nº 921122, resolve:

Aprovar o modelo Consilux Speed Control IV, de medidor de velocidade de veículos automotores, marca CONSILUX, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 126, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos medidores de umidade de grãos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 402/2013;

E considerando o constante do Processo Inmetro nº 52600.002324/2018-54 e do sistema Orquestra nº 1140473, resolve:

Aprovar o modelo 999 FBI, de medidor de umidade de grãos, marca MOTOMCO, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 127, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos medidores de umidade de grãos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 402/2013;

E considerando o constante do Processo Inmetro nº 52600.100456/2017-60 e do sistema Orquestra nº 846565, resolve:

Aprovar o modelo 999 ESI, de medidor de umidade de grãos, marca MOTOMCO, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 128, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

E considerando os elementos constantes do processo Inmetro SEI nº 0052600.012711/2018-07 e do sistema Orquestra nº 1237956, resolve:

Incluir a marca "CAPITAL" no item 3 (IDENTIFICAÇÃO DO MODELO) da Portaria Inmetro/Dimel nº 138, de 15 de abril de 2009, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

§ 3º Os membros do FCV serão indicados pela respectiva entidade, no prazo de trinta dias a contar da data de publicação desta Portaria, e designados em ato do Secretário de Comércio e Serviços.

§ 4º Entidades de varejo, preferencialmente de caráter nacional e que tenham necessariamente mais de quatro anos de existência, poderão pleitear a participação como membro efetivo do Fórum, ficando sua admissão condicionada à análise de conveniência por parte da Secretaria de Comércio e Serviços, respeitado o limite previsto no caput.

§ 5º As entidades do FCV poderão se desligar do quadro de membros efetivos, a qualquer momento, mediante a apresentação de ofício que manifeste seu desligamento.

§ 6º A lista de entidades que irão compor o FCV será atualizada anualmente por meio de portaria da Secretaria de Comércio e Serviços.

§ 7º O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI serão convidados a participar de todas reuniões do FCV, sem direito a voto.

§ 8º O FCV poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicos ou privados, especialistas e pesquisadores, para contribuir com suas atividades ou para acompanhamento de suas discussões, sem direito a voto.

§ 9º O FCV se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente.

§ 10. O quórum para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do FCV será de maioria absoluta de seus membros efetivos, e suas deliberações serão tomadas por consenso dos presentes.

§ 11. As discussões, encaminhamentos e deliberações do FCV serão consubstanciadas em atas de reunião.

Art. 3º São atribuições do FCV:

I - promover o diálogo e a articulação entre o Poder Público, o setor varejista nacional e as entidades da sociedade civil; e

II - propor ações para melhoria do ambiente de negócios, a competitividade e a produtividade do varejo nacional.

Art. 4º Compete à Secretaria de Comércio e Serviços exercer as atividades de Secretaria-Executiva do FCV e prestar apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento e à execução dos trabalhos do FCV.

Art. 5º O FCV poderá instituir grupos de trabalho para atividades específicas, observado o disposto nos arts. 36 a 38 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.

Art. 6º Eventuais despesas com diárias e passagens dos membros do FCV e dos grupos de trabalho correrão à conta dos órgãos e entidades que representam.

Art. 7º A participação no FCV e em eventuais grupos de trabalho será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 124, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

E considerando os elementos apresentados no Processo Inmetro SEI nº 0052600.011265/2018-13 e do sistema Orquestra nº 1214052, resolve:

Alterar a Tabela 1 do item 3 (CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS) da Portaria Inmetro/Dimel nº 059 de 4 de março de 2016, alterada pela Portaria Inmetro/Dimel nº 146 de 30 de setembro de 2017, aditiva, que passa a vigorar acrescida da designação de modelo ti 510, demais características metrológicas e respectivos anexos/quadros do item 6 (ANEXOS), de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

IV - Anexos

Parágrafo único. O Banco do Brasil deverá encaminhar ao MI e à SUDECO os seguintes documentos, que formarão a Programação Anual de Aplicação dos Recursos:

- I - proposta de programas e/ou linhas de financiamento, até 30 de setembro de 2018; e
- II - proposta de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2018.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA PROGRAMAÇÃO

Art. 6º A Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo deverá conter:

I - a relação dos municípios classificados por estado e agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

II - as informações:

a) que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo CMN, disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil; e

b) que o financiamento com recursos do FCO aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, que contribuirão para o desenvolvimento do setor produtivo da região Centro-Oeste, será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies) e do CMN.

III - todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

- a) beneficiários;
- b) itens financiáveis;
- c) itens e atividades não financiáveis;
- d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);
- e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);
- f) prazo das operações;
- g) forma de apresentação das propostas;
- h) exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;
- i) itens específicos da atividade bancária; e
- j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FCO.

Parágrafo único. A Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo observará os encargos financeiros e o bônus de adimplência definidos conforme os arts. 1º e 1ºA da Lei 10.177/01.

Art. 7º Deverão ter tratamento diferenciado e favorecido na Programação Anual de Aplicação dos Recursos do FCO, quanto ao percentual de limite de financiamento:

I - os municípios da Faixa de Fronteira;

II - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como média renda, independentemente do seu dinamismo;

III - os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO;

IV - os projetos de mini e pequenos produtores rurais;

V - os projetos de micro e pequenas empresas.

Art. 8º A Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo apresentará quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício, com estimativa da totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

I - como fonte de recursos:

a) as disponibilidades previstas para o final do ano anterior;

b) os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

c) repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) previstos na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA);

d) a remuneração das disponibilidades do Fundo;

e) o retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco; e

f) outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

II - como despesas e saídas de recursos:

a) pagamento da taxa de administração;

b) despesas com auditoria externa independente;

c) despesas com o bônus de adimplência;

d) despesas com rebates;

e) pagamento do del credere;

f) o montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para o exercício, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

g) despesas com a remuneração das operações do PRONAF;

h) despesas para pagamento de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo, de que trata o §6º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

i) outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

III - a previsão dos recursos disponíveis para aplicação no exercício, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações, a expectativa de demanda por crédito na Região e as informações colhidas junto aos parceiros institucionais quando da elaboração participativa da Programação do FCO, realizando as seguintes estimativas:

a) por Unidade Federativa (UF);

b) por programa de financiamento;

c) por setor e atividade definidos como prioritários pelo Condel/SUDECO;

d) por porte de mutuário;

e) por espaço prioritário da PNDR;

f) por outras instituições financeiras, conforme art. 9º da Lei nº 7.827/1989;

g) dos financiamentos de que tratam as alíneas "g", "h" e "i" do inciso IV, do art. 1º-A e do inciso I e II, do § 3º, do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

h) dos financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos; e

i) dos financiamentos de operações de investimentos para pessoa física, de que trata o inciso IV, do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Art. 9º Deverá ser observado na previsão dos recursos disponíveis para aplicação no exercício, de que trata o inciso III, do artigo 8º:

I - percentual mínimo dos recursos aos tomadores que apresentem faturamento anual bruto de até R\$ 16 milhões, e prevendo, neste percentual, uma aplicação mínima, junto aos tomadores com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões;

II - percentual mínimo para aplicação em cada UF;

III - percentual máximo para aplicação no setor de comércio e de prestação de serviços;

IV - percentual máximo para aplicação junto aos produtores rurais e empreendedores localizados nos municípios integrantes das microrregiões classificadas de alta renda com baixo, médio e alto dinamismo, segundo a tipologia da PNDR; e

V - reserva de 10% (dez por cento) dos recursos do FCO previstos para aplicação no exercício para repasse aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, conforme art. 9º da Lei nº 7.827/1989.

§ 1º O Banco poderá excluir os valores previstos para aplicação em projetos de infraestrutura, para efeito de verificação do percentual previsto para destinação de recursos, por UF e por porte.

§ 2º Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso III do art. 8º e no inciso II deste artigo, considera-se Unidade da Federação (UF), no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios.

CAPÍTULO IV

DAS REPROGRAMAÇÕES

Art. 10 O Banco do Brasil poderá revisar e atualizar os valores previstos para aplicação, considerando as contratações realizadas até 31 de agosto de 2019, a distribuição histórica das aplicações, a expectativa de demanda por crédito na Região, bem como as operações em fase final de contratação do período, observando as disposições constantes dos incisos I, II, III, IV e V do art. 9º desta Portaria.

Parágrafo único. Ao realizar a nova previsão de aplicação dos recursos, o Banco do Brasil deverá:

I - atualizar os valores de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 8º desta Portaria e o quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício, observada a última versão publicada sobre a realização de receitas e despesas orçamentárias do Relatório de Avaliação Bimestral pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pelo Ministério da Fazenda;

II - encaminhar ao MI e à SUDECO a versão atualizada da programação, justificando as razões para a adoção da nova previsão de aplicação dos recursos.

ANEXO I

	Diretriz 1	Diretriz 2	Diretriz (n)	Diretriz (n+1)
Prioridade 1		X		
Prioridade 2	X			X
Prioridade (n)				
Prioridade (n+1)	X	X		X

CAPÍTULO V

DAS VEDAÇÕES

Art. 11. Fica vedada:

I - a distribuição dos recursos do Fundo por UF, com base em cotas percentuais pré-definidas; e

II - a concessão de crédito para:

a) aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados que apresentem índices de nacionalização em valor inferior a 50% (cinquenta por cento) para beneficiários que apresentem faturamento bruto anual superior a R\$ 16 milhões;

b) pessoas físicas ou jurídicas que mantenham ou tenham mantido trabalhadores em condições degradantes de trabalho ou análogas ao trabalho escravo, inscritas no Cadastro de Empregadores instituído pela Portaria nº 540, de 15.10.2004, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, observada a Portaria nº 1.150, de 18.11.2003, do Ministério da Integração Nacional - MI.

§ 1º A vedação de que trata a alínea "a" do inciso I não se aplica quando, alternativamente:

I - não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento; ou

II - a fabricação da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB);

III - a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado for isento de Imposto de Importação pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM);

IV - o crédito seja concedido para pessoas físicas não rurais, independente do seu rendimento bruto anual.

§ 2º A SFRI/MI analisará a atualização do índice de que trata o inciso I deste artigo sempre que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revisar os parâmetros relativos aos índices mínimos de nacionalização definidos em seus normativos.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. O Banco do Brasil, a SUDECO e o MI deverão manter, em seus sítios eletrônicos, a Programação Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo atualizada.

Art. 13. O Banco do Brasil, em conjunto com a SUDECO, deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de promover eventos de divulgação do FCO, preferencialmente, nos municípios em que não possua agência e que tenham apresentado baixo volume de contratações nos últimos exercícios, com foco nos tomadores que apresentem faturamento bruto anual de até R\$ 16 milhões, visando à ampliação das contratações.

§ 1º O Banco do Brasil informará ao MI e à SUDECO, até o final do 1º quadrimestre de 2019, o calendário dos eventos de que trata este artigo.

§ 2º Cabe à SUDECO, em articulação com o Banco do Brasil, estabelecer critérios para a realização dos eventos de que trata este artigo, bem como acompanhar o andamento desses eventos.

Art. 14. Observado o disposto no art. 18-A da Lei nº 7.827/1989, o encargo de ouvidor do FCO poderá ser acumulado com o encargo de ouvidor da Sudeco, devendo a atribuição de competência ser aprovada pelo Conselho Deliberativo por proposta da Superintendência.

Art. 15. A proposta de que trata o Art. 18 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, deverá ser elaborada pelo MI, ouvida a SUDECO e o Banco do Brasil.

Art. 16. A SUDECO e o Banco do Brasil, ao promoverem qualquer propaganda ou publicidade de obra, ação ou projeto que envolva recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), deverão informar, de maneira clara e precisa, que o empreendimento integra um conjunto de ações do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE